

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE S. MIGUEL DA GUARDA

Acta nº. 75

Reunião de 20/12/2006

Folha 1

Aos vinte dias do mês de Dezembro de 2006 digo dois mil e seis pelas vinte e uma hora e trinta minutos, reuniu no Auditório do Centro Cultural de S. Miguel da Guarda a Assembleia de Freguesia de S. Miguel da Guarda estando presentes todos os elementos.

A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um: Análise, discussão e votação do Plano de Orçamento para dois mil e sete.

Ponto dois: questões de interesse para a Freguesia.

Após o início da sessão pelo presidente de mesa e tendo para o ano de dois mil e sete, teve a palavra o membro Joaquim Rodrigues que teceu algumas considerações relativamente ao mesmo. Referiu que o edifício que é um orçamento de não - expansão e que a autarquia deveria participar mais nessas mesmas despesas. Perguntou a João Prata se a junta já obteve alguma resposta em relação a esta pretensão. João Prata respondeu, agradecendo a intervenção de Joaquim Rodrigues, dizendo que a Câmara "aterrou" como todos os outros municípios e como tal não tem dinheiro. Relativamente aos sessenta e quatro mil euros orçamentados verifica-se que cinquenta mil são para despesas de funcionamento com funcionários e outras, sabendo apenas cerca de quinze mil euros para intervenções junto da comunidade. Foi colocado, junto da Câmara Municipal da Guarda, a questão da possibilidade de uma ajuda nas despesas de funcionamento do edifício. Tendo a junta deixado de receber dinheiro dos protocolos estabelecidos com a Câmara Municipal da Guarda, as dificuldades aumentaram. A Câmara Municipal da Guarda tem por hábito elaborar protocolos que depois não cumpre, ou seja, não envia as respectivas verbas associadas. Em dois mil e dois a Câmara Municipal da Guarda pagava água, electricidade e parte do aquecimento. Mais tarde passou a obrigar as juntas a pagar todos estes serviços. As implicações deste gesto são enormes e criam desigualdade uma vez que as juntas de Freguesias de S. Vicente e da Sé estão alojadas no edifício da Câmara, pelo que estas despesas, em principio, não serão pagas pelas juntas, mas pela Câmara, e que implica um maior desafogo financeiro por parte destas e que seria extensível de outras freguesias digo juntas se o mesmo critério lhes fosse aplicado.

O membro Joaquim Rodrigues retomou a palavra perguntando qual seria a autonomia da PSP no edifício. Presidente respondeu que a água e a luz é paga pela junta e a PSP apenas comparticipa no aquecimento e na pernilagem.

O membro Romeu Gonçalves referiu que a Câmara Municipal da Guarda contribuiu com cinco mil euros para as festas de S. Miguel. Perguntou se esta verba terá chegado. João Prata respondeu que não chegou uma vez que a despesa com as Bandas, foguetes, Ranchos, etc. foi superior e ainda por cima o tempo não ajudou, pelo que nem tivemos oportunidade de recuperar algum dinheiro com as barracas de "comes e bebes". Referiu ainda que os rastreios, integrados nas festas de S Miguel e outros, têm tido uma grande adesão por parte da população.

Romeu Gonçalves perguntou onde serão aplicados os dois mil euros inscritos na Rubrica "estudos e consultadoria". João Prata respondeu que são referentes à actividade musical com crianças e professora de educação física. E relativamente aos seguros e acidentes de trabalho no valor de

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE S. MIGUEL DA GUARDA

Acta nº. 75

Reunião de 20/12/2006

Folha 2

três mil e cinquenta euros? Quantos funcionários temos na junta? O presidente do Executivo respondeu que para além do Sr. Albino, temos ainda funcionários contratados, um que está na secretaria, a professora de educação física (a recibo verde), e os POC's (funcionários dos Programas Ocupacionais), levando estes últimos a grande fatia dos seguros de acidentes pessoais uma vez que actualmente foram enviados para a junta dezasseis funcionários. A juntar a isto tudo temos ainda o seguro do edifício (setecentos euros), mais a carrinha e o tractor (dois mil euros).

Romeu Gonçalves perguntou ainda como apareceu quinhentos digo cinco mil euros no rubrica " comunicações". Foi-lhe dito que resultou da utilização de telefones, fax, dois telemóveis, Internet e despesas com a correspondência. Romeu Gonçalves referiu ainda que doze POC's é um elevado número de pessoas o que agrava o já depauperado orçamento. Quem controla e gere estas pessoas? João Prata respondeu que relativamente aos POC's que trabalham dentro do edifício têm todos funções atribuídas. Quem controla é o Sr. Albino e a Educadora de Infância. Os POC's que trabalham fora do edifício são controlados por um dos elementos do Executivo ou então por um indivíduo de entre eles, nomeadamente pelas suas aparentes, capacidades de liderança. Por isso por vezes é difícil arranjar quem realmente manda entre os seus pares, uma vez que essa hierarquia não é facilmente aceite pelos outros, por outro lado há a registar elevado abstencionismo por parte de alguns funcionários dos POC's.

Questionado por Joaquim Rodrigues em relação à atitude a tomar pela junta no caso de lhes serem enviados mais elementos dos POC's, o presidente do Executivo afirmou que já chega de pessoal, sendo firme a intenção de reduzir os elementos num futuro próximo, atendendo aos encargos acima descritos. Apesar de tudo estes indivíduos têm desempenhado um bom trabalho apesar de, entre eles, haver indivíduos claramente menos produtivos. Posto isto foi posto a votação o Plano de Actividades para dois mil e sete, o qual foi aprovado por unanimidade.

Relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos o membro Romeu Gonçalves referiu que João Prata, em entrevista dado a um jornal da cidade, se terá, aparentemente, esquecido de referir o nome de Domingos Alves da Silva como co - fundador da Freguesia de S. Miguel da Guarda, o que ele lamenta. Em resposta João Prata disse que tem a certeza de ter referido esse e outros nomes importantes em todas as entrevistas que deu sobre a temática das comemorações do aniversário da freguesia de S. Miguel, e que, deverá ter-se tratado de omissão de transcrição por parte do jornalista ou corte na entrevista por ele dada, provavelmente, por questões editoriais.

O presidente do executivo referiu que os passeios da Rua da Treija estão por fazer. António Rodrigues Leão deverá resolver o problema. Em contacto telefónico António Leão disse ao presidente que resolveria a questão no Verão, mas nada feito. Foi solicitado a Câmara Municipal da Guarda a fiscalização da situação e a obrigação de ser reposta a situação inicial, por parte do empréstimo, o mais breve possível.

Questionado por Joaquim Rodrigues acerca das reacções das pessoas relativamente ao aumento das taxas praticadas pela junta, o presidente referiu que apenas terá havido reacções negativas ao aumento da "taxa de deslocação aos terrenos".

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE S. MIGUEL DA GUARDA

Acta nº. 75

Reunião de 20/12/2006

Folha 3

O mesmo membro referiu que relativamente à remodelação da rede dos transportes, alguma coisa terá que ser feita para com os habitantes da Urbanização quinta das Covas. O presidente referiu que foi pedido uma paragem de autocarro para a zona do Hotel Lusitânia, mas que ainda não foi dada resposta cabal. Já deveriam, também, ter sido colocados os horários nas paragens dos autocarros. Conseguimos a Iteação dos horários para a zona da Sequeira, indo agora, um pouco mais de encontro às necessidades dos utentes.

Questionado pelo membro Romeu Gonçalves acerca do prazo para início da construção da Variante da Sequeira, o presidente disse que, este projecto nem sequer vem contemplado no plano de obras para dois mil e sete da Câmara Municipal da Guarda. Vem, no entanto, já contemplado a ligação entre a rotunda de S. Domingos e o nó da A vinte e cinco. Está a ser negociada entre a Câmara Municipal da Guarda e o Instituto das Estradas de Portugal a duplicação deste traço.

Foram analisados estes valores orçamentados nas grandes opções do plano pela Câmara Municipal da Guarda para as intervenções na nossa freguesia e foi conclusão unânime que, mais uma vez mais, a nossa freguesia saiu prejudicada.

O membro Júlio Saraiva referiu que o sítio da Freguesia na Internet não tem sido actualizado e acha que seria pertinente proceder-se à sua regular actualização visto que, a título do exemplo, as taxas estão desactualizadas entre outros assuntos. Diz que a informação disponibilizada deverá ser correcta e contínua. João Prata agradeceu a observação e admite que deixaram de o actualizar, mas que irá sê-lo assim que possível.

Relativamente ao pedido à Secretaria do Estado da Juventude de uma loja Ponto - já, este pedido foi feito tendo por base a população jovem da Freguesia de S. Miguel. Foram enviados vários ofícios sem qualquer resposta por parte das entidades competentes. Não é admissível que um organismo público não se tenha dignado responder, nomeadamente a delegação da Guarda do Instituto Português da Juventude. Vai ser elaborado uma recomendação pelo Presidente e apoiada pela Assembleia de Freguesia, por unanimidade, no sentido de sensibilizar o Instituto Português da Juventude a envidar todos os esforços para, em conjunta com a junta de S. Miguel abrirem uma loja Ponto - já na freguesia.

Para concluir o Presidente de Mesa da Assembleia convidou todos os membros para um Porto de Honra subsequente à reunião.

E nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta, que, depois de lida e aprovada vai ser assinada nos termos de lei.

Na linha dezasseis da segunda página desta acta onde se lê "comparticipa no aquecimento e na permilagem", deve ler-se "comparticipa no aquecimento na correspondente permilagem relativa a área que ocupa no edifício".